

# CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Criado pela Lei Municipal nº 2.356, de 11 de junho de 1991  
Rua Campos Sales, 289 - Vila Bocaina, Mauá - SP  
CEP: 09310-040 - Tel.: (11)4512-7732 - E-mail: cmdca@maua.sp.gov.br

## ATA DE JULGAMENTO

Denunciante: **Denúncia anônima**

Denunciada: **Gilvan – nº 135**

No dia 03 de outubro de 2023, às 8h30min., a Comissão Especial encarregada pela realização do 3º Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares de Mauá, nos termos do art. 8º, §12 da Resolução do CONANDA nº 231, de 28 de dezembro de 2022, reuniu-se na sede do CMDCA localizada na Secretaria de Assistência Social, para julgar o recurso interpostos decorrente da denúncia apresentada em face da candidatura acima identificada.

A denúncia anônima foi recebida no CMDCA via WhasApp.

Denúncia endereçada à Comissão Especial, via WhatsApp, afirma que o candidato Gilvan – nº135 promoveu campanha irregular, nesses termos:

*“Bom dia quero fazer uma denúncia de um candidato que patrocinou a publicação no Instagram. O que o edital proibi.”*

A denúncia veio acompanhada de duas fotografias e um vídeo, sem a URL.

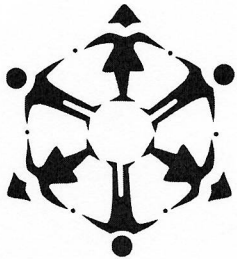
O candidato foi notificado no dia 27 de setembro de 2023 para que, se desejasse, apresentasse defesa no prazo legal (art. 5º da Resolução CMDCA nº 57, de 30 de março de 2023).

Tempestivamente, no dia 29/09/23, o candidato apresentou defesa asseverando delegou a administração da plataforma do Instagram a colaboradora e à então gestora Simone Alves. Que imaginava estar assegurado pelo art. 2º, §4º, embora não tenha mencionado o documento fonte, onde se permite a campanha pelas redes sociais. Alega desconhecer quem, mas afirma que a Simone deixou a conta aberta e alguém impulsionou o vídeo.

É o que consta.

Passa-se ao julgamento.

O vídeo foi assistido pelos membros da Comissão. O vídeo tem o seguinte conteúdo, com música clássica ao fundo: *“Faltam cinco dias, ao mesmo tempo em que aparece uma imagem do candidato ao fundo”*. Em seguida aparece a seguinte mensagem: *“Nesse domingo não esqueça,*



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Criado pela Lei Municipal nº 2.356, de 11 de junho de 1991  
Rua Campos Sales, 289 - Vila Bocaina, Mauá - SP  
CEP: 09310-040 - Tel.: (11)4512-7732 - E-mail: cmdca@maua.sp.gov.br

*preciso do seu voto*”. Em seguida, aparece a imagem como se fosse um cofre se abrindo e quando a porta do cofre se abre aparece a fotografia do candidato com a seguinte mensagem: “*Faltam cinco dias*” e repete a frase: “*Nesse domingo não esqueça, preciso do seu voto!*”

Com efeito, o art. 8º, §9º, III, da Resolução do Conanda nº 231, de 28 de dezembro de 2022, estabelece que:

Art. 8º A relação de condutas ilícitas e vedadas seguirá o disposto na legislação local com a aplicação de sanções de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros.

(...)

§ 9º A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

(...)

III- por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, **desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo.** (grifei)

O art. 2º, §9º, III, da Resolução CMDCA n 57, de 30 de março de 2023, replicando o mandamento da Resolução do CONANDA transcrito acima, estabelece que:

Art. 2º. Serão consideradas condutas vedadas aos candidatos devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Mauá e aos seus prepostos e apoiadores aquelas previstas no edital de abertura do certame, na Lei Municipal nº 2.480/93 e na Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA, com especial destaque ao seu art. 8º, dentre outros:

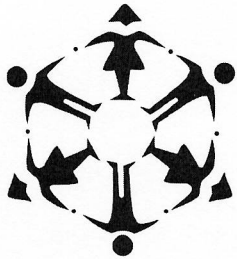
(...)

§9º A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

(...)

III - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa





## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Criado pela Lei Municipal nº 2.356, de 11 de junho de 1991  
Rua Campos Sales, 289 - Vila Bocaina, Mauá - SP  
CEP: 09310-040 - Tel.: (11)4512-7732 - E-mail: cmdca@maua.sp.gov.br

natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo. (grifei)

Os mandamentos da Resolução CONANDA 231/22 bem como a Resolução CMDCA 57/23 são cristalinos e não deixam margem a interpretações diversas no sentido de que o impulsionamento de conteúdo nas redes sociais é proibido, pois desequilibra a disputa entre os candidatos tendo em vista que o impulsionamento extrapola a órbita dos contatos da pessoa nas redes sociais. Vai além em virtude do impulsionamento pago. Assim, um candidato com disponibilidade de verba vultuosa para investir na campanha poderia lograr êxito em ser eleito com abuso de poder econômico.

A propósito, a Resolução CONANDA nº 231/20, em seu art. 8º, §7º, I, sobre o abuso de poder econômico, assim pondera:

Art. 8º A relação de condutas ilícitas e vedadas seguirá o disposto na legislação local com a aplicação de sanções de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros.

(...)

§ 7º. Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas a gerar inidoneidade moral do candidato:

(...)

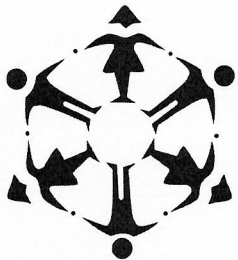
I- abuso do poder econômico na propaganda feita por meio dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e no art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

Tais mandamentos estão previstos, *ipsis litteris* na Resolução CMDCA nº 57/23 no art. 2º, §7º, I.

O candidato juntou na defesa comprovante de pagamento ao facebook Serviços Online do Brasil LTDA no valor de R\$10,00 (dez reais) que foi pago para impulsionar a publicação referente

A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes, located at the bottom right of the page.





## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Criado pela Lei Municipal nº 2.356, de 11 de junho de 1991  
Rua Campos Sales, 289 - Vila Bocaina, Mauá - SP  
CEP: 09310-040 - Tel.: (11)4512-7732 - E-mail: cmdca@maua.sp.gov.br

à sua candidatura na rede social. Assim, independentemente do valor, a confissão quanto à transgressão do citado mandamento proibitivo está configurada.

A propaganda impulsionada foi publicada nas redes sociais a partir do dia 26/09/23, cinco dias antes da eleição, que ocorreu no dia 1º de outubro de 2023, e não é possível mensurar a dimensão do desequilíbrio que pode ter causado na disputa, embora o candidato não tenha sido eleito.

As penalidades para esse tipo são aquelas previstas no art. 8º, §12, da Resolução do CONANDA nº 231/22, nesses termos:

Art. 8º A relação de condutas ilícitas e vedadas seguirá o disposto na legislação local com a aplicação de sanções de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros.

(...)

§ 12 Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral e demais irregularidades, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a **cassação da candidatura**, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica. (grifei)

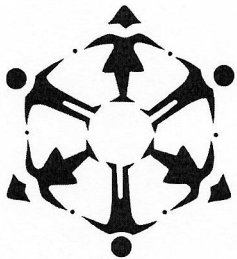
O art. 2º, §12 da Resolução CMDCA nº 57/23, estabelece que:

Art. 2º Serão consideradas condutas vedadas aos candidatos devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de Mauá e aos seus prepostos e apoiadores aquelas previstas no edital de abertura do certame, na Lei Municipal nº 2.480/93 e na Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, com especial destaque ao seu art. 8º, dentre outros:

(...)

§12 Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral e demais irregularidades, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a **cassação da candidatura**, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica. (grifei)





## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Criado pela Lei Municipal nº 2.356, de 11 de junho de 1991  
Rua Campos Sales, 289 - Vila Bocaina, Mauá - SP  
CEP: 09310-040 - Tel.: (11)4512-7732 - E-mail: cmdca@maua.sp.gov.br

No caso vertente a suspensão da propaganda seria uma medida muito ponderada, porém dado o período em que ela foi veiculada, e estabelecido o princípio do contraditório, embora o candidato tenha asseverado na defesa que a propaganda foi retirada das redes sociais, efetivamente não houve prova disso.

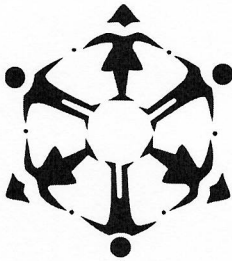
Ante a previsão contida nos mandamentos acima transcritos, tendo em vista tratar-se de candidato que transgrediu a norma, a cassação do registro é medida que se impõe.

Cassado o registro, os votos que lhe foram atribuídos serão anulados nos termos dos arts. 175, §3º, 222 c/c 237, todos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, aplicado subsidiariamente a este Processo Unificado de Escolha de Conselheiros Tutelares nos exatos termos do art. 8º, §7º da Resolução do CONANDA nº 231/22 e art. 2º, §7º, da Resolução CMDCA nº 57/23.

Sobre o tema, esta é a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral:

“[...] II – **Candidato inelegível ou não registrado nas eleições proporcionais ou majoritárias: nulidade dos votos recebidos:** ressalva do art. 175, § 4º, CE: inteligência. 1. **A decisão que cassa por inelegibilidade o registro do candidato tem eficácia imediata e leva, em princípio, à nulidade dos votos por ele recebidos** (CE, art. 175, § 3º). 2. A incidência da ressalva do art. 175, § 4º - cujo âmbito próprio são as eleições proporcionais -, pressupõe que, na data do pleito, o nome votado seja titular da condição jurídica de candidato, posto que provisória: **bem por isso, pressupõe a regra que seja posterior ao pleito ‘a decisão de inelegibilidade ou de cancelamento de registro’** e preceitua que, então, ‘os votos serão contados para o partido pelo qual tiver sido feito o seu registro’: não, sublinhe-se, para a agremiação que o houver requerido sem êxito, no estado em que se encontra o processo no dia da votação. 3 - Para afastar a aplicabilidade do § 4º do art. 175 é ser ‘a decisão de inelegibilidade ou de cancelamento do registro’ proferida antes da eleição; não que, antes dela, haja transitado em julgado: indeferido ou cassado o registro, antes do pleito, a mera pendência de recurso contra a decisão não assegura ao candidato nem ao partido - sempre na hipótese de eleições proporcionais - a contagem do voto para qualquer efeito. 4. A persistência, mediante recurso, na tentativa de obter ao final o registro almejado – mas indeferido até a data da eleição –, permite-se por conta e risco do postulante e de seu partido: a simples possibilidade de reverter a sucumbência não pode, sem ofensa aos princípios, equiparar, para qualquer efeito, aos votos válidos o sufrágio de quem, ao tempo do pleito, não obtivera o registro. 5. Quando a ressalva do art. 175, § 4º, CE nem sequer se aplicaria na hipótese de eleições proporcionais





## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Criado pela Lei Municipal nº 2.356, de 11 de junho de 1991  
Rua Campos Sales, 289 - Vila Bocaina, Mauá - SP  
CEP: 09310-040 - Tel.: (11)4512-7732 - E-mail: cmdca@maua.sp.gov.br

– seu campo normativo próprio –, é ociosa a sua invocação para impor, a título de analogia, a consideração dos votos dados a candidato sem registro no pleito majoritário. 6. A nulidade, no caso, dos votos dados a candidato a governador cujo registro o TSE cassara antes da eleição independe de saber se o acórdão há de reputar-se trânsito em julgado na data em que se exauriu o prazo recursal, antes da votação, ou só quando o Tribunal, depois dela, declarou inexistente o recurso extraordinário interposto.” (grifei)

*(Ac. de 16.10.2002 no MS nº 3100, rel. Min. Sepúlveda Pertence.)*

“[...] 6. Para as eleições de 2018, **os votos atribuídos aos candidatos cassados em virtude do cometimento de ilícitos eleitorais devem ser considerados nulos**, nos termos do art. 222, c.c. o art. 237, do CE, ainda que, na data do pleito, o pedido de registro de candidatura estivesse deferido. [...]” (grifei)

*(Ac. de 25.3.2021 nos ED-RO-El nº 060123607, rel. Min. Mauro Campbell Marques.)*

Assim, essa Comissão **JULGA PROCEDENTE** a denúncia e **CASSA O REGISTRO DA CANDIDATURA** do candidato Gilvan, candidatura nº 135, e anula os votos a ele atribuídos.

Mauá, 3 de outubro de 2023.

  
Abraão Francisco da Costa  
Presidente da Comissão Especial